



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

LITERATURA INFANTIL: UMA HISTÓRIA PUXA OUTRA

Jaise do Nascimento Souza

Centro Infantil Maria Dilma Lacerda de Lima - Parnamirim/RN, jaise2010@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão sobre o papel da literatura infantil na valorização da diversidade cultural e construção da identidade étnicorracial na escola, tomando como base a Lei 10.639, sancionada em 09/01/2003, que trata da inserção obrigatória do ensino da história, cultura e literatura africana e afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino. Nosso principal objetivo, ante as novas necessidades que emergem no cenário educacional brasileiro, no que concerne a educação para a promoção da igualdade étnicorracial, é apresentar a literatura infantil como uma ferramenta que pode ser utilizada desde muito cedo no trabalho pedagógico de forma reflexiva para enriquecer as experiências de vida das crianças, tornando-as leitores críticos, habilidosos, e reflexivos, visando a desconstrução de estereótipos e desnaturalização de preconceitos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que se apoia nos argumentos de Zilberman (2003) que discorre sobre a importância da literatura infantil na escola, se configurando como um gênero que também atua na construção ideológica e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), um conjunto de Diretrizes Curriculares que articulam os princípios, os critérios e os procedimentos que devem ser observados na organização e com vistas à consecução dos objetivos da Educação Básica. A construção positiva de identidades raciais está relacionada ao trabalho desenvolvido em todas as etapas da Educação Básica, e, é dentro desse panorama que emerge a Literatura Infantil, como um gênero capaz de contribuir com o processo de reeducação das relações de diferentes grupos étnicorraciais proposta pela lei.

Palavras-chave: Escola; Literatura infantil; Diversidade étnicorracial.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

INTRODUÇÃO

A Lei 10.639, sancionada em 09 de janeiro de 2003, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996) nos Art. 26, 26A e 79B tornando obrigatório nas escolas públicas e privadas de todo o país o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio.

Sua ascensão evidencia o papel preponderante das escolas no combate ao preconceito e a todas as formas de discriminação correntes na sociedade, dado o fato de historicamente tratar-se de um terreno fértil à produção e reprodução de distinções e desigualdades.

Nesse sentido, Bandeira (2006, p.46), diz que:

O meio escolar reflete as diferenças sociais e separa as pessoas de acordo com os critérios dominantes. A escola em nosso país separou colonizadores e índios, ricos e pobres, brancos e negros, adultos e crianças, meninos e meninas. Desde a Colônia, foi construída de modo discriminatório, para atender a certos grupos, à classe dominante. Ao longo da história, outros grupos encaminharam suas demandas para a escolarização, e as concepções de educação escolar e de escola foram se democratizando no sentido de universalização do direito à educação pública e gratuita.

A Lei 10.639/2003 garante bem mais que a inclusão de conteúdos na estrutura curricular da rede regular de ensino, ela estabelece uma nova maneira de se pensar a diversidade, com vistas a reparações, reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, o que incide positivamente nas relações entre pessoas de diferentes pertencimentos étnicorraciais.

A demanda da comunidade afro-brasileira por *reconhecimento*, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada pela promulgação da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas. (...) Assim sendo, sistemas de ensino e estabelecimentos de diferentes níveis converterão as demandas dos afro-brasileiros em políticas públicas de Estado ou institucionais, ao tomarem decisões e iniciativas com vistas a reparações, reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à constituição de programas de ações afirmativas, medidas estas coerentes com um projeto de escola, de educação, de formação de cidadãos que explicitamente se esboçam nas relações pedagógicas cotidianas. (BRASIL, 2013, p.499-500)

Pelo entendimento do referido marco legal, ao olhar positivamente para questões relativas às diferenças, a escola trabalha pela garantia da igualdade de direitos e deixa de contribuir com o processo de estereotipação e exclusão



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

de alunos e alunas, que conseqüentemente se sentirão encorajados a serem cidadãos responsáveis e partícipes, independente de seu pertencimento racial.

Não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe as escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia. (BRASIL, 2013, p.503)

É importante salientar que a Lei 10.639/2008 não abrange a Educação Infantil, mas que a construção positiva de identidades raciais está relacionada ao trabalho desenvolvido ainda nessa etapa da Educação Básica, onde as questões de raça, gênero, dentre outras, são partes constitutivas de muitas experiências cotidianas das crianças, e, é dentro desse panorama que emerge a Literatura Infantil, como um gênero capaz de contribuir com o processo de reeducação das relações de diferentes grupos étnicorraciais proposta pela lei.

Nesse sentido, Zilberman (2003, p.30), diz que:

É essa possibilidade de superação de estreitamento de origem o que a literatura infantil oferta à educação. Aproveitada na sala de aula em sua natureza ficcional, que aponta a um conhecimento de mundo, e não como súdita do ensino bem comportado, ela se apresenta como o elemento propulsor que levará a escola a ruptura com a educação contraditória e tradicional. A justificativa que legitima o uso do livro na escola nasce, pois, de um lado da relação que estabelece com seu leitor, convertendo-o num ser crítico perante sua circunstância; e de outro, do papel transformador que pode exercer dentro do ensino, trazendo-o para a realidade do estudante e não submetendo este último a um ambiente rarefeito do qual foi suprimida toda referência concreta.

Ante as novas necessidades que emergem no cenário educacional no que concerne a educação para a promoção da igualdade étnicorracial, a literatura infantil aparece como uma ferramenta que pode ser utilizada desde muito cedo no trabalho pedagógico de forma reflexiva para enriquecer as experiências de vida das crianças, tornando-as leitores críticos, habilidosos, e reflexivos, visando a desconstrução de estereótipos e desnaturalização de preconceitos.

LITERATURA INFANTIL: UMA HISTÓRIA PUXA OUTRA

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A institucionalização do tema diversidade no âmbito educacional brasileiro, segundo Carreira (2013, p.5), “constituiu uma grande conquista do movimento negro brasileiro, fruto de sua atuação histórica contra o racismo” e visa contribuir com a diminuição das desigualdades existentes em nossa sociedade, promovendo também uma ressignificação conceitual e procedimental da prática docente, o que exige dos educadores/as a busca por meios que ofereçam às crianças conhecimentos sobre a diversidade étnicorracial e cultural do nosso país.

Munanga (2005, p.17), diz:

(...) não temos dúvida de que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima. Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção da democracia brasileira, que não poderá ser plenamente cumprida enquanto perdurar a destruição das individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira.

É nessa perspectiva que a literatura infantil desponta como um instrumento que pode ser utilizado no espaço escolar para a compreensão da temática das desigualdades, contribuindo com a desconstrução de estereótipos, padrões e valores socialmente construídos.

A literatura infantil nessa medida é levada a realizar sua função formadora, que não se confunde com uma missão pedagógica. Com efeito, ela dá conta de uma tarefa a que está voltada toda a cultura – a de “conhecimento do mundo e do ser”, como sugere Antônio Cândido, o que representa um acesso à circunstância individual por intermédio da realidade criada pela fantasia do escritor. E vai mais além – propicia os elementos para uma emancipação pessoal, o que é a finalidade implícita do próprio saber. (ZILBERMAN, 2003, p.29)

Assim, o emprego da literatura infantil na sala de aula, ou em qualquer outro espaço de ensino pode *puxar* o aluno(a) à reflexão e ao emaranhado saudável das relações que se dão no cotidiano da escola, tornando-o protagonista de sua própria história, a partir do respeito a história do outro.

Segundo Theodoro (2005, p.86) “A literatura atua em nossas vidas para unir os mitos fundamentais da comunidade, de seu imaginário ou de sua ideologia”. No entanto a autora faz a seguinte ressalva [...] “na literatura brasileira, no entanto, o negro é a palavra excluída, ocultada com frequência, ou uma representação inventada pelo outro, sendo sempre o elemento marginal” (p.86).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Por tudo isso, é imprescindível a necessidade de se buscar uma literatura que aborde a diversidade étnicorracial e a insira no cotidiano escolar, ou na falta delas, trazer para dentro do espaço educativo *histórias que puxem outras* a partir da reflexão e permitam ao aluno(a) respeitar a si e ao outro como partes da cultura nacional.

Vale ressaltar que o trabalho na sala de aula com os textos literários, didáticos e paradidáticos exige especial atenção do professor/a, que deve estar atento para a qualidade do conteúdo e das ilustrações do material selecionado, principalmente no trabalho com as crianças, para que a leitura destes textos venha colaborar com a desconstrução de estereótipos, e com a não acentuação de preconceitos.

Segundo Rosemberg (1985), “a literatura infantil, não obstante de outros gêneros, é em si mesma um campo eficaz de criação de estereótipos e padrões e de reprodução de valores convencionados se configurando como um gênero que também atua na construção ideológica”. É importante atentar, então, sobre a relevância da literatura para crianças como base do processo de aquisição de práticas leitoras, mas, sobretudo, deve-se considerar a abordagem da diversidade étnicorracial brasileira, contemplando nossas origens históricas e culturais com foco na valorização e respeito às diferenças.

Assim, compete ao educador/a em parceria com a escola, observar o conteúdo e também o potencial estético do livro utilizado, a fim de que este seja aproveitado na sua totalidade e possa estar contribuindo com a desconstrução de práticas racistas e discriminatórias arraigadas na sociedade, evitando por consequência que haja a disseminação de atitudes segregadoras.

Zilberman (2003, p.28), diz que:

O professor que utiliza o livro em sala de aula não pode ser igualmente um redutor, transformando o sentido do texto num número limitado de observações tidas como corretas (procedimento que encontra seu limiar nas fichas de leitura, cujas respostas devem ser uniformizadas, a fim de que possam passar no crivo do certo e do errado). Ao professor cabe o desencadear das múltiplas visões que cada criação literária sugere, enfatizando as variadas interpretações pessoais, porque decorrem da compreensão que o leitor alcançou do objeto artístico, em razão de sua percepção singular do universo representado.

O incentivo ao autoconhecimento, a aceitação e o respeito às diferenças são questões que podem ser desdobradas pelo professor/a ao trazer para sala de aula, obras literárias que tratam sobre diversidade. Contudo, vale salientar que um livro não é apenas o que nele está escrito, mas, sobretudo a leitura que o leitor/professor



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

faz do texto. Ambas as ações, de leitura e interpretação textual, tem caráter ideológico e implicam em conceitos e preconceitos de mundo.

Nesse sentido, Zilberman (2003, p.23), diz que:

A obra literária pode reproduzir o mundo adulto: seja pela atuação de um narrador que bloqueia ou censura a ação de suas personagens infantis; seja pela veiculação de conceitos e padrões comportamentais que estejam em consonância com os valores sociais prediletos; seja pela utilização de uma norma linguística ainda não atingida pelo leitor, devido a falta de experiência mais complexa na manipulação com a linguagem. Assim, os fatores estruturais de um texto de ficção – narrador, visão de mundo, linguagem – podem-se converter no meio por intermédio do qual o adulto intervém na realidade imaginária, usando-a para incluir sua ideologia.

Assim sendo, a construção social das identidades e convívio com as diferenças na infância merecem um olhar todo especial da escola, que em seu trabalho pode (re)significar valores e viabilizar a desmistificação das desigualdades.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A educação escolar, a par da valorização da diversidade étnico racial, tem se constituído como uma necessidade para a implementação de políticas públicas para a igualdade no Brasil. Desse modo, as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, ressaltam a importância da educação escolar para a diversidade e apontam para as mudanças necessárias que impactem positivamente no contexto social, e isto requer um envolvimento participativo e permanente de todos os envolvidos no processo educacional, no qual está a escola, e do qual não se pode excluir a família e toda a sociedade. Assim sendo, o respeito e a valorização da diversidade étnicorracial há de ser, pois, um esforço conjunto.

Para obter êxito, escola e professores não podem improvisar. Tem que fazer desfazer mentalidade racista e discriminatória secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnicorraciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas. (BRASIL, 2013, p. 503)

Sendo assim, pedagogias de combate ao racismo e a discriminação devem ser elaboradas com o objetivo de educar para as relações étnicorraciais em todos os níveis da

Educação Básica, inclusive na Educação Infantil, espaço



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

onde as crianças pequenas vivenciam inúmeras experiências que contribuem para a formação de sua identidade.

Sobre o convívio com as diferenças na infância no espaço da Educação Infantil, Finco (2011, p.62) diz:

Ao olhar para as questões relativas às diferenças, podemos afirmar que a socialização da criança pequena se amplia com o convívio na Educação Infantil. Assim, a entrada das crianças pequenas na Educação Infantil pode significar um importante passo no processo de socialização delas, pode significar um espaço de convívio com outras crianças e adultos, em espaço para viver a infância. Ao mesmo tempo, pode significar um processo de rejeição às diferenças que as crianças anunciam (ABRAMOWICZ, 2013) e a construção negativa de sua autoimagem. No convívio social, as crianças pequenas constroem suas identidades, aprendem desde pequenas os significados de serem meninos ou meninas, negras e brancas e experimentam nas relações do cotidiano da creche e da pré-escola a condição social de ser criança.

Portanto, o trabalho pedagógico com foco na construção positiva de identidades étnicorraciais, bem como na valorização da diversidade, deve começar desde muito cedo e requer uma atuação contínua da prática pedagógica voltada para o respeito e a aceitação das diferenças, pois, como aponta Munanga (2005, p. 19) “como educadores, devemos saber que apesar de a lógica da razão [ex.: os conteúdos disciplinares em sala de aula] ser importante nos processos formativos e informativos, ela não modifica por si o imaginário e as representações coletivas negativas que se tem do negro e do índio na nossa sociedade”.

Na corrente desse pensamento, a literatura infantil aparece como um recurso que pode ser utilizado dentro das ações educativas de combate ao racismo e a discriminação no cotidiano das escolas, dado o fato de constituir-se um importante veículo de sensibilização das crianças presente em meio as mais variadas possibilidades, tanto no espaço da sala de aula quanto fora dela, a exemplo da sala de leitura e dos momentos coletivos, onde são vivenciadas importantes experiências de leitura.

Não é atribuição do professor apenas ensinar a criança a ler corretamente; se está ao seu alcance a concretização e expansão da alfabetização, isto é, o domínio dos códigos que permitem a mecânica da leitura, é ainda tarefa sua o emergir do deciframento e compreensão do texto, pelo estímulo a verbalização da leitura procedida, auxiliando o aluno na percepção dos temas e seres humanos que afloram em meio à trama ficcional. (ZILBERMAN, 2003, p.29)

Nessa medida, à literatura infantil é concedida uma importância que supera os ensinamentos escolares a que fora historicamente aliada



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

e a aproxima da compreensão do real, elementos necessários à formação de crianças leitoras e reflexivas que respeitem e valorizem as diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a implementação da lei nº 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica representou um importante ganho para o sociedade brasileira no que se refere a luta pela igualdade de direitos e valorização da diversidade.

Notadamente anos de discriminação, negligência e desrespeito não foram sucumbidos com o advento da lei, mas sua promulgação ofereceu a sociedade hodierna a oportunidade de reconhecimento e valorização da sua cultura, sua história e sua identidade, “convidando” a escola a ser uma agente propulsora destas mudanças, num trabalho que deve começar ainda nas salas de Educação Infantil, espaço repleto de vivencias diferenciadas.

Como sabido, a Educação Infantil não fora mencionada na lei nº 10.639/2003, mas o enfrentamento das situações de desigualdade de raça, entre outras, depende da atenção que é dada a essa etapa da Educação Básica.

Nesse contexto, observamos que a literatura infantil, presente nas mais variadas situações do cotidiano da escola, pode estar contribuindo com a valorização da diversidade e combate ao preconceito, a partir do uso atento e responsável do professor/a.

Assim concluímos que um trabalho pedagógico com foco na construção positiva de identidades étnicorraciais, pode ajudar o educando de todas as idades a reorganizar suas percepções sobre si e sobre o mundo, atuando no processo de construção e (re)afirmação identitária.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Maria de Lourdes; FREIRE, Otávio. **Meninos e meninas**. In: _____ Antropologia. Cuiabá: EdUFMT. 2006. p.37-46

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília/DF: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília/DF. Outubro, 2004.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

CARREIRA, D. **Guia metodológico - educação e relações raciais: apostando na participação da comunidade escolar** / Denise Carreira, Ana Lúcia Silva Souza. São Paulo: Ação Educativa, 2013.

GENERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de conteúdo – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

FINCO, Daniela; OLIVEIRA, Fabiana de. **A sociologia da pequena infância e a diversidade de gênero e de raça nas instituições de educação infantil.** In: FARIA, Ana Lúcia Goulart; FINCO, Daniela (Orgs). **Sociologia da infância no Brasil.** Campinas/SP: Autores Associados, 2011. P.55-88

MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o racismo na escola.** Brasília: SECAD/MEC, 2005.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Literatura Infantil e ideologia.** São Paulo: Global, 1985.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico** – 23. Ed. Ver. E atual/São Paulo: Cortez, 2007.

THEODORO, Helena. Buscando Caminhos nas Tradições. In. : **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada/MUNANGA, Kabengele (org.) – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.: il.

ZILBERMAN, Regina. **A Literatura Infantil na Escola.** 11ª. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo. Global, 2003.